

DEBATES SOCIAIS

Oficinas Temáticas 2

2021

CREAS

DESIGUALDADE

FAMÍLIA

SOLIDÃO

CONVIVÊNCIA

VIOLÊNCIA

VÍNCULOS

PROTEÇÃO ESPECIAL

CRAS

VELHICE

FOME



ORGANIZAÇÃO
DAS VOLUNTÁRIAS
DE GOIÁS

GPS
Gabinete de
Políticas Sociais



É POR
VOCÊ
QUE A
GENTE
FAZ

APRESENTAÇÃO

A nossa direção de formação e capacitação dos trabalhadores sociais segue de forma empenhada. A construção do resultado social é fruto de muito trabalho que ocorre dia a dia em todas as 246 cidades do Estado de Goiás. Temos a responsabilidade de qualificar a ação e construir pontes para a população sair da exclusão e seguir com sustentabilidade a caminho da inclusão.

Neste sentido e frente a este desafio, este novo caderno de Debates Sociais conta com 12 textos que funcionam como ponto de partida de 36 oficinas temáticas realizadas entre setembro e novembro de 2021.

A capacitação de nossos trabalhadores abre caminho para a reflexão e se estabelece como mote do trabalho exercido pelo Gabinete de Políticas Sociais e pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG).

É na prática social que as mudanças são construídas. E nossas oficinas são pensadas para cada processo de transformação social pelo qual o trabalho qualificado da Assistência Social é responsável.

Goiás tem trabalhadores sociais engajados, empenhados, responsáveis e comprometidos. Por isso, fazemos questão de oferecer oficinas temáticas que são, de fato, espaços de aprendizagem, intercâmbio e crescimento.

Estamos conseguindo vencer a inércia social. É um esforço de todos. É, sobretudo, um trabalho coletivo.

GRACINHA CARVALHO CAIADO

Primeira-dama do Estado de Goiás

Presidente de honra da Organização das Voluntárias de Goiás

Presidente do Grupo Técnico Social de Goiás

Coordenadora do Gabinete de Políticas Sociais de Goiás

“

**"GOIÁS TEM
TRABALHADORES
SOCIAIS ENGAJADOS,
EMPENHADOS,
RESPONSÁVEIS E
COMPROMETIDOS"**

”

SUMÁRIO

1. PERDA DE TEMPO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	04
2. A FOME BATE À PORTA DOS BRASILEIROS	06
3. O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	09
4. SOLIDÃO É UMA DESPROTEÇÃO SOCIAL	13
5. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	14
6. A VELHICE NO TRABALHO DO CRAS	18
7. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	21
8. DESIGUALDADE SOCIAL	24
9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO SUAS	29
10. O FUTURO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	31
11. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	33
12. DESPROTEÇÕES SOCIAIS	37
CRÉDITOS	42

01

PERDA DE TEMPO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Naira Pereira | Assistente Social e Professora da Gerência Social da OVG

A Política de Assistência Social lida com urgências. Cada pessoa ou família que procura atendimento no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ou mesmo na Secretaria de Assistência Social, tem uma questão para ser resolvida, um direito para ser acessado ou uma informação para conhecer.

Não é um passatempo ir ao CRAS. Não é justo que esta busca por resoluções se transforme em perda de tempo, mas muitas vezes isso pode acontecer.

Vamos acompanhar o caso abaixo:

Em uma segunda-feira, Dona Maria acordou preocupada. Ela ouviu dizer que o Bolsa Família iria oferecer mais vagas e queria saber mais sobre o programa.

Maria, então, foi ao CRAS de sua cidade para resolver a questão, mas acabou saindo de lá frustrada, pois a equipe estava em reunião e não pôde atendê-la.

Ela voltou no dia seguinte, terça-feira, mas a assistente social responsável não estava presente. "Ela não trabalha hoje." Foi o que Maria ouviu no CRAS.

Na quarta-feira, a assistente social responsável por atender a demanda de Maria alegou que não tinha como recebê-la, pois estava com vários atendimentos marcados.

A profissional pediu, então, que ela voltasse em uma semana, na quarta-feira seguinte. Dona Maria explicou que naquele dia tinha uma consulta com um médico marcada e a assistente



social, então, pediu para que ela voltasse em 15 dias. As outras opções oferecidas foram buscar informações na Ouvidoria do Ministério da Cidadania ou baixar o aplicativo do Bolsa Família.

Sem saber o que fazer, Dona Maria pediu ao menos cinco minutos da atenção da assistente social, mas não conseguiu. Ela até tentou baixar o aplicativo, mas a internet do celular não tinha dados suficientes.

Ela acabou voltando em 15 dias, assim como recomendou a assistente social. Chegando lá, soube que a profissional estava participando de uma capacitação em outra cidade e que ela poderia voltar na quarta-feira que vem.

Dona Maria ficou muito chateada. Reclamou que ela só queria uma simples informação,

mas a equipe disse para ela ter calma que, em uma semana, tudo se resolveria.

E, assim foi feito, um mês após a primeira visita ao CRAS, ela voltou para tentar mais uma vez obter a informação.

Dessa vez, foi prontamente atendida pela assistente social, que, ao checar seus dados, disse que ela não teria direito ao benefício. Acontece que tanto ela quanto o marido tinham renda formal e o corte de renda era bem superior.

Dona Maria ainda tentou argumentar, dizendo que estava tudo muito caro no supermercado, mas a assistente social estava correta e Dona Maria realmente não poderia receber o Bolsa Família.

Ela, então, respondeu: “A senhora podia ter me dito isso há um mês. Não precisava eu perder tanto tempo”. A assistente social argumentou de volta, dizendo que a equipe era reduzida e que a demora era comum.

Depois de um mês, Dona Maria finalmente chegou em casa com a resposta que tanto buscou. Quando o marido perguntou por novidades, Dona Maria disse: “Foi pura perda de tempo ir ao CRAS mesmo. A gente não tem direito”.

“Eu não te disse? Buscar apoio social é pura perda de tempo”, o marido respondeu. Maria, então, concluiu: “Você tem razão. Perdi meu tempo”.

PARA DEBATER

1. Somente um técnico do CRAS é quem deve ter a informação sobre um programa tão estratégico como o Bolsa Família?
2. A escala de trabalho dos técnicos não deve ser transparente para os usuários?
3. A assistente social poderia ter atendido Dona Maria na segunda vez em que ela foi ao CRAS ou isso seria mesmo muito difícil?
4. Dona Maria, ao sentir que perdeu seu tempo, passa a ter qual avaliação da Assistência Social?
5. Existe um perigoso sentimento de “perda de tempo” no dia a dia da Assistência Social por parte dos usuários?

Marcelo Reis Garcia | Assistente social e professor de práticas sociais

O problema da fome sempre foi um duro flagelo no Brasil, a ponto da "indústria da fome" ser estudada por especialistas ao longo dos anos. A situação atingiu tamanha gravidade no início dos anos 1990 que foi preciso uma forte mobilização nacional para garantir alimentação nas casas dos brasileiros.

Diante disso, em 1995, foi criado um programa nacional de fornecimento de cestas básicas e, em 1996, iniciaram-se os programas de transferência de renda. Em 2004, surge, então, o Programa Bolsa Família, com a integração de vários programas. O maior desafio do Bolsa Família foi o de garantir a segurança alimentar da população pobre.

Mas, antes de nos aprofundarmos neste assunto, é preciso voltar no tempo e traçar um panorama sobre a inflação da época, que corroía a renda da população brasileira e fazia com o que os pratos das famílias ficassem vazios muito rapidamente.

Entre os períodos de 1986 a 1994, viu-se uma série de planos econô-

micos e tentativas fracassadas de acabar com o problema da inflação no País, até a chegada do Plano Real, no governo de Itamar Franco, que assumiu a Presidência da República após o impeachment de Fernando Collor, em dezembro

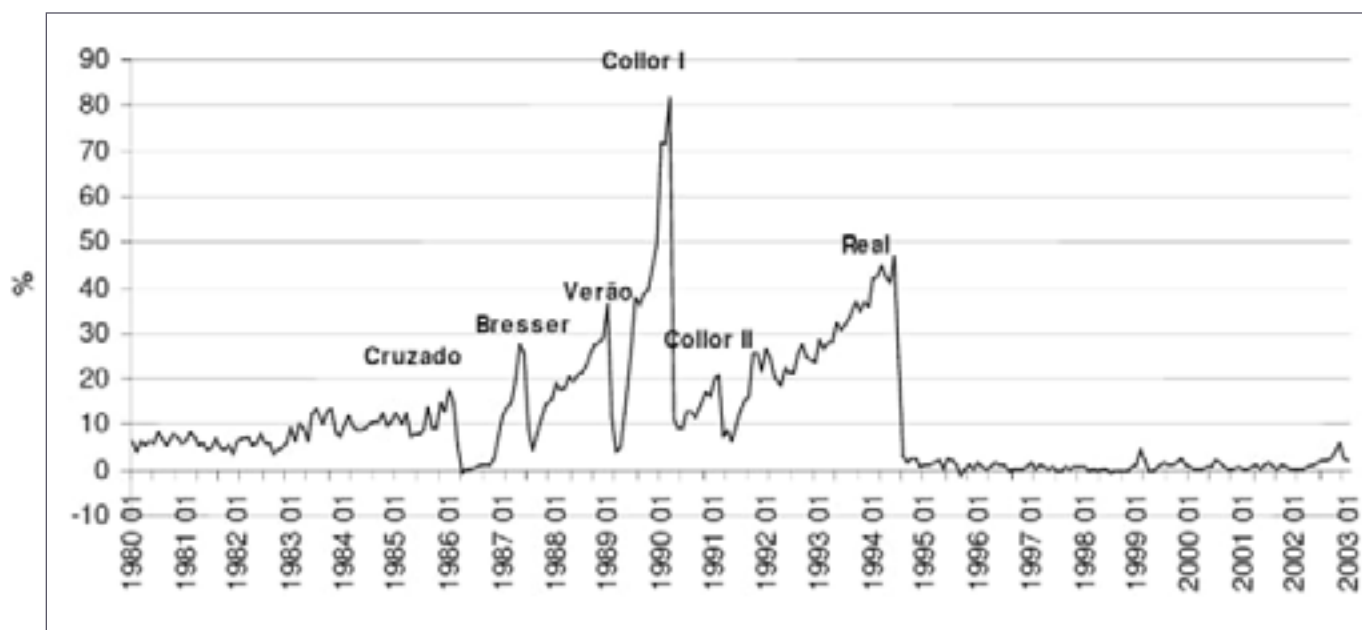


de 1992. Neste mesmo mês, o acumulado da inflação em 12 meses foi de 1.119,10%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). A título de comparação, em julho de 2021, o acumulado de 12 meses foi de 8,99%.

O Plano Real obteve sucesso ao derrubar a inflação e preservar a renda do brasileiro. Com

IGP-DI mensal



Elaboração: Ministério da Economia

baixa inflação e programas de transferência de renda focalizados, o país saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, em avaliação realizada e publicada pelas Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Sair do mapa da fome foi uma conquista civilizatória do País e representou um passo humanitário que deu orgulho a todos os brasileiros.

Porém, a partir de 2020, o tripé "inflação, pandemia e crise climática", articulado e fortalecido durante a pandemia da Covid-19, fez a fome voltar à vida diária do brasileiro e entrar pela porta de muitas famílias que nunca a tinham vivenciado.

Os pobres que sentiram mais fortemente a alta dos preços de alimentos e produtos essenciais

substituíram a alimentação e pararam, inclusive, de comer carne bovina. Nem mesmo o arroz e feijão escaparam da alta da inflação e essa combinação da aceleração do aumento dos preços e queda da renda mudou o cardápio dos brasileiros mais pobres.

Saiu o óleo de soja e entrou a banha de porco. Saiu o feijão e entrou a lentilha. Saiu a carne e entrou o ovo. O preparo do alimento também se tornou um peso para as famílias mais pobres, com um aumento de 29,3% do gás de cozinha no acumulado de 12 meses.

De acordo com dados do IBGE, a inflação no acumulado de 12 meses em julho de 2021 foi de 9,22% para aquelas famílias que têm renda de 1 a 5 salários mínimos.

Abaixo alguns índices do IPCA acumulado em 12 meses, segundo o IBGE de julho de 2021:



- Óleo de soja: **84,3%**
- Álcool (etanol): **57,3%**
- Repolho: **44,2%**
- Músculo: **43,4%**
- Tomate **43%**
- Passagem aérea **42,9%**
- Feijão fradinho: **42,4%**
- Arroz: **39,7%**
- Gasolina: **39,7%**
- Mandioca (aipim): **37,2%**
- Picanha: **32,9%**
- Pneu: **32,5%**
- Açúcar refinado: **31,1%**
- Salsicha em conserva: **30,6%**
- Botijão de gás: **29,3%**
- Frango em pedaços: **21,9%**
- Frango inteiro: **20,8%**
- Energia elétrica residencial: **20,1%**
- Leite em pó: **16,5%**

Fonte: IBGE

A alta dos preços é, sem dúvidas, uma tragédia para que a população possa se alimentar. Mas não podemos ignorar também outras questões, como diminuição da renda familiar, desemprego crescente e aumento da informalidade.

A fome voltou. Voltou para ficar?

PARA DEBATER

1. A fome brasileira voltou sem dar sinais?
2. Distribuição de cestas básicas resolvem o problema da fome?
3. Para que o País possa superar a insegurança alimentar temos que gerar empregos e baixar a inflação?
4. Os novos pobres podem não passar fome, mas mudaram a alimentação. Você concorda com essa afirmação?
5. Qual é o papel da escola na segurança alimentar?

03

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Naira Pereira | Assistente Social e professora da Gerência Social da OVG



Até o ano 2000, o Brasil não contava com serviços de atendimento e proteção voltado especificamente a crianças e adolescentes que tivessem vivenciado algum tipo de violência física e sexual. Naquele início de século, os dados mostravam o crescimento desses horrores, enquanto os jornais davam visibilidade a casos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Neste contexto, surgiu no primeiro ano do novo século o Programa Sentinela. A ação criou centros permanentes destinados à proteção e ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violências, especialmente sexuais. Equipes especializadas em tratar casos de abuso sexual, estupro de vulneráveis, pedofilia e exploração sexual começaram a atuar em 50 cidades.

Com a aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em dezembro de 2003, seguida pela implementação da Política de Assistência Social pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CONAS) no ano seguinte, o Programa Sentinela foi substituído pelo trabalho dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), ganhando uma grande expansão em todo Brasil.

O CREAS não é um serviço que chamamos de "porta aberta". A criança ou o adolescente pode chegar ao CREAS por diversos meios, tais como referenciadas pelo CRAS, escola, Conselho Tutelar, Justiça, Ministério Público, Unidade de Saúde e até pela polícia.

Diferença entre CRAS e CREAS:



CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O CRAS é uma unidade Pública Estadual de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Busca prevenir a ocorrência de situações de riscos sociais através do desenvolvimento das capacidades dos atendidos, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, aumentando o acesso aos direitos da cidadania, ou seja, o CRAS busca prevenir a ocorrência de situações de risco, antes que estas aconteçam.

O CRAS também atende programas de transferência de renda, como:

Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada (BPC); Programa de Capacitação para o Trabalho.



CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O CREAS é uma Unidade Pública Estadual, faz parte da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), oferecendo apoio e orientação especializados a indivíduos e famílias vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais, ou seja, o CREAS trabalha com pessoas em que o risco já se instalou, tendo seus direitos violados.

O trabalho do CREAS baseia-se em:

Acolher vítimas de violência; Acompanhar e reduzir a ocorrência de riscos, seu agravamento ou recorrência; Desenvolver ações para diminuir o desrespeito aos direitos humanos e sociais.

Diferente do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o CREAS não atua no conjunto de desproteções sociais. O trabalho daqueles centros está na atuação direta sobre a violência vivida, na busca de reconstrução social da criança e adolescente violentados, bem como na mediação das relações familiares.

Um pai que estupra uma filha deixa de ser pai naquele momento. Uma mãe que permite o abuso sexual de seus filhos morre como mãe naquele momento. Uma família que usa crianças e adolescentes para ganhar dinheiro por meio da

exploração sexual destes deixou de ser família para ser um negócio criminoso.

Sim. Os CREAS atuam com situações cobertas de contradições sociais, humanitárias e civilizatórias.

"A solidão é a pior maneira de suicídio... (Patife)".

Saul Belezza



Descrição

CRAS

Busca prevenir a ocorrência de situações de risco, antes que estas aconteçam, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

CREAS

Famílias e indivíduos em situação grave de desproteção, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, e usuários de programas de transferência de renda: Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada (BPC), Programa de Capacitação para o Trabalho, entre outros.

Público alvo

Oferece apoio e orientação especializados a indivíduos e famílias vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais.

Trabalha com pessoas em que o risco já se instalou, tendo seus direitos violados, sendo vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaças, maus tratos e discriminações sociais.

Não é um trabalho fácil. E é justamente por esse motivo que ele precisa ser um serviço especializado. Os técnicos dos CREAS não podem ser generalistas. Eles precisam de experiência e conhecimento sobre as legislações social e criminal.

O CREAS atende, cuida, trata, mas sobretudo defende a criança e o adolescente violados. O trabalho dos centros especializados surge a partir do primeiro atendimento do Serviço de Proteção e Acompanhamento Especializado das Famílias (PAEF), o PAEF. Assim como o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), o PAEF ainda é um enorme desafio para o SUAS, mas a verdade é que, sem ele, é impossível desenvolver um trabalho de qualidade no CREAS.

Com a ausência do PAEF, o trabalho se resume a atendimentos sem pactuação com a família, sem a construção de caminhos de reconstrução familiar e

ainda sem perspectiva de resultados reais na vida das crianças e adolescentes violados.

Entre os anos de 2004 e 2008, convivi com as mais tristes histórias de abuso e violência sexual de crianças e adolescentes. Como técnica, sentia revolta. Havia casos que a minha vontade era solicitar de imediato a prisão de toda a família, mas eu sabia que, em primeiro lugar, eu precisava pensar e atuar para proteger a criança e o adolescente.



São histórias muito tristes e revoltantes. Eu cheguei a atender uma criança de três anos com Síndrome de Down que era abusada constantemente por um vizinho. Neste caso, não havia outra alternativa senão salvar a criança e acolhê-la.

Na cidade do Rio de Janeiro, em um abrigo para crianças vítimas de violência sexual de até seis anos, todos os dias chegavam casos e mais casos. Foi preciso fortalecer o programa Família Acolhedora para dar conta desta tragédia social. Eu tratei de perto violações de todos os tamanhos de maldade e psicopatia. Mas meu foco primeiro sempre foi proteger a criança e, depois, resolver a situação do criminoso.

Desde então, sigo desenvolvendo meu trabalho em proteções sociais de média e alta complexidade e é triste dizer que a situação só tem piorado. Faltam campanhas de prevenção, faltam centros de acolhimento e, hoje, as equipes dos CREAS são reduzidas e não conseguem desenvolver um trabalho realmente especializado.



Mesmo diante deste cenário preocupante, não podemos parar de lutar por mais CREAS, por mais equipes e por um serviço que tenha total comprometimento com um atendimento que, de fato, permita que essas crianças e adolescentes superem a violência vivida e sigam em frente.

PARA DEBATER

1. O CREAS consegue em seu trabalho construir uma nova história para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual ou só minora o problema?
2. É possível que o CREAS apresente resultados sem uma equipe completa, formada por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e advogados?
3. Nas cidades sem CREAS, como é possível atuar frente à violência contra crianças e adolescentes?
4. O CRAS pode substituir o CREAS?
5. O que você conhece sobre o PAEF?

Marcelo Reis Garcia | Assistente social e professor de práticas sociais OVG

Vivemos em um mundo no qual as pessoas estão cada vez mais sós, abandonadas pela família, esquecidas pelos filhos, sem vínculos sociais ou com a comunidade.

Diante desta realidade, muitas pessoas lidam com a solidão em seu dia a dia com tristeza e percepção de isolamento. Tentam falar, mas não são escutadas. Vão ao encontro das redes sociais, mas se deparam com brigas, polarizações e amizades imaginárias.

Seria a solidão uma desproteção social? Na opinião deste autor, sim.

Isso porque a solidão é a causa de gatilhos perigosos de enormes vazios na vida das pessoas. Gera doenças como depressão, síndrome do pânico, medo e pode culminar em suicídio.

Levar a vida adiante sem apoio fica insustentável e muitos desistem de viver.

Muitos desistem de viver seja tirando suas próprias vidas ou desistem de viver ao ficarem paralisados pela infelicidade e tristeza.

Mas o que a Assistência Social tem a ver com solidão? Eu diria que tem tudo a ver. O primeiro passo é reconhecer que a solidão é sim uma desproteção social.

Uma atitude que pode ser benéfica é a organização de grupos de convivência que não falem de problemas, mas estimulem a alegria. Muitas vezes, os grupos são usados para potencializar problemas, porém, vivemos em um mundo muito duro no qual sobreviver virou um desafio, sobretudo para os mais pobres.

Não podemos fazer grupos que estimulem a saída da solidão? Grupos que conversem sobre o futuro, sempre indicando que há futuro e ele pode ser bem melhor?

Não proponho um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) otimista, mas um CRAS que não aprofunde tristezas, incertezas, dúvidas e medos. Defendo um CRAS que proponha saídas.

Um CRAS que, por meio do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), possa ressignificar a vida. A vida pode e deve melhorar, e o CRAS deve sempre ter esse compromisso.



PARA DEBATER

1. A solidão é uma desproteção social?
2. As políticas de Assistência Social e de Saúde podem se articular para enfrentarem juntas a solidão?
3. Grupos de convivência nos CRAS devem rever o caminho de sempre e lidar com problematizações?
4. A solidão seria uma desproteção de média e alta complexidade ou deve ser tratada pela Proteção Social Básica?
5. A psicologia nos CRAS tem o papel de trabalhar a solidão?

05

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Nívea Chagas | Jornalista e professora da Gerência Social da OVG

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é o órgão que atua no atendimento a indivíduos que se encontram em risco social ou que tiveram seus direitos violados. A mulher vítima de violência é um personagem constante no cenário dos CREAS em todo o Brasil.

O atendimento a essas mulheres é complexo e demanda aporte multidisciplinar. A condição da vítima pode envolver questões de dependência financeira e emocional, ausência de redes de apoio e várias outras desproteções. Por isso, essa mulher precisa de acompanhamento não só jurídico, mas também psicossocial, no seu sentido mais amplo, com o provimento de encaminhamentos diversos.

O CREAS é o equipamento, no território, que pode efetivar a travessia da mulher vítima de violência para uma vida segura.

Em vigor desde 7 de agosto de 2006, a Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, foi desenhada a partir de um amplo debate que envolveu organizações da sociedade civil, parlamentares e especialmente o movimento de mulheres. A normativa adotou uma perspectiva feminista ao destacar que garantir a segurança das mulheres significa reconhecer e respeitar seus direitos civis, sociais, culturais e econômicos, e é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das três mais avançadas leis de proteção à mulher.

No entanto, 15 anos depois de sua promulgação e mesmo depois da Lei do Feminicídio, de 2015, o Brasil continua a assistir a morte e a violação dos direitos de milhares de mulheres por maridos,



companheiros, pais e irmãos. Ainda falta implementar o que diz a lei; faltam ações na área de educação; e ainda faltam políticas públicas que indiquem às mulheres o caminho do apoio e da superação.

Com um papel crucial no atendimento às mulheres vulnerabilizadas por uma cultura de opressão e dominação, como a Assistência Social, por meio de seus equipamentos e serviços, deve contribuir para construir essa travessia até um lugar de segurança e liberdade?

A resposta é complexa, mas uma entrevista do Jornal O Globo com Maria da Penha Maia Fernandes do dia 2 de agosto de 2021 pode nos apontar para várias reflexões neste sentido.

O texto destaca que Maria da Penha Fernandes, hoje aos 76 anos, é "um ícone da luta das mulheres brasileiras por uma vida livre de violência". E não é para menos, a lei que leva o seu nome

partiu de uma grande mobilização que lutou por uma legislação que, de fato, defendesse os direitos das mulheres e garantisse a sua proteção.

A história de Maria da Penha se tornou um símbolo, mas se assemelha à história de várias mulheres brasileiras. Farmacêutica do Ceará e mãe de duas filhas, ela foi vítima de dupla tentativa de feminicídio no ano de 1983, quando ficou paraplégica. O marido (e seu agressor) foi a julgamento após oito anos de luta na Justiça e saiu em liberdade.

Frente à injustiça, Maria escreveu o livro "Sobrevivi... posso contar", em que narra toda a sua vida com o marido opressor. Na entrevista ao jornal O Globo, em memória ao aniversário de 15 anos da Lei Maria da Penha, ela conta que considera o livro "a carta de alforria das mulheres brasileiras".

A história da cearense realmente foi longe, chegou até a Organização dos Estados Americanos (OEA) e uniu entidades e juristas feministas, o que resultou na condenação do Estado por omissão e tolerância à violência contra a mulher pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA (CIDH/OEA), em 2001, pela ação de duas ONGs brasileiras, o Cladem e o Cejil, que denunciaram, com Maria da Penha, a tolerância do Estado brasileiro em relação aos casos de violência contra a mulher.

Convocado a criar mecanismos legais de proteção à mulher, o País promulgou, em 2006 a Lei nº 11.340, denominada Lei Maria da Penha, que representa um marco não só no combate à violência contra mulheres, mas no fortalecimento da autonomia, na diminuição da desigualdade, e na criação de espaços de discussão sobre o tema da violência doméstica e questões de gênero.



"Meu sofrimento se transformou em luta.

Maria da Penha

Ao longo dessa trajetória, Maria da Penha adquiriu uma certeza: "é necessário investir em educação". "Só a educação é capaz de desconstruir essa cultura machista, que é a origem da violência contra a mulher", ela diz.

Nesses 15 anos, Maria da Penha sempre esteve diretamente envolvida na divulgação da lei que leva seu nome e dos seus mecanismos de prevenção da violência. Em sua visão, a legislação tipifica as formas de violência, dando oportunidade à mulher





*Violência contra
a MULHER*

de ser atendida por políticas públicas essenciais para a conscientização sobre direitos e sobre os caminhos a seguir para sair da situação de violência, além de trazer medidas de proteção.

Maria da Penha avalia que a Lei 11.340 é verdadeiramente uma lei completa. No entanto, aponta que muito ainda precisa ser feito, principalmente em relação à Educação: “É necessário que as pessoas sejam conscientizadas no nível fundamental, médio e universitário sobre os direitos das mulheres. É muito importante que isso seja implementado na Educação, porque as crianças que convivem com a violência doméstica aprendem a ser violentas em casa. Elas observam esse comportamento em casa e reproduzem nas suas relações na adolescência e vida adulta”.

A Lei Maria da Penha de fato foi formulada sob uma base conceitual que afirma a igualdade de gênero, e prioriza o processo educacional como ferramenta para combater a violência. A premissa é de que não é possível combater a violência contra a mulher sem lutar pela igualdade de gênero.

Na entrevista, Maria da Penha menciona um projeto-piloto em que homens presos por violência doméstica passam por um curso para identificar o porquê da sua agressividade. A maioria deles traz da infância o aprendizado da violência. Viram seus pais baterem nas mães, seus avôs baterem nas avós. E isso tantas vezes era naturalizado, e levado

*a gente mete
a COLHER*

para a vida adulta. Daí a importância da discussão sobre igualdade de gênero nas escolas. Só assim poderemos mudar esse paradigma de dominação e violência. Nas palavras de Maria da Penha: “Precisa haver um investimento em Educação porque só a Educação destrói a cultura do machismo”.

É preciso ensinar na escola a importância de respeitar os direitos humanos das mulheres. O comportamento agressivo, que viola os direitos das mulheres, ainda segundo Maria da Penha, está arraigado na nossa cultura machista. “A importância da Educação está justamente aí. Só a Educação é capaz de desconstruir essa cultura. Só assim teremos mais pessoas sensibilizadas em ajudar. Todos nós devemos ajudar uma vítima de violência doméstica. Seja denunciando no 180 ou chamando o 190 para que a polícia chegue no local e salve essa mulher e prenda o marido em flagrante”, complementa.

Os caminhos para combater a violência e principalmente para apoiar e proteger as mulheres estão traçados, mas ainda falta a execução em muitos casos. Maria da Penha destaca, por exemplo, que deveria haver uma Casa da Mulher Brasileira em cada Estado, o que não acontece. Poucas estão em funcionamento. Ter um equipamento desse tipo em cada Estado facilitaria a vida da mulher ao “colocar em um só local todas as políticas públicas que vão atendê-la nessa situação”.

Militante na proteção à mulher, Maria da Penha também ressalta que é necessário que todos os municípios, por menores que sejam, tenham um centro de referência de atendimento à mulher. “Assim como tem o Conselho Tutelar, só que, no caso da mulher, dentro da unidade de saúde, porque é o local para onde ela corre primeiro para tratar dos seus ferimentos, do corpo ou da alma. Ali ela vai ser atendida por profissionais especializados, passa pelo atendimento psicológico, jurídico e social.”

Vale destacar que muitos feminicídios acontecem quando a mulher tenta romper o ciclo de violência. É o momento em que a mulher mais precisa da proteção do Estado. Por isso, precisamos da implementação de políticas públicas que deem condição para que a vítima de violência possa sair com segurança de uma relação abusiva. Os governos precisam garantir, por exemplo, mais casas-abrigo para que as mulheres possam ser acolhidas em segurança.

“Se o agressor foi preso, é porque a mulher corria risco de vida. Se ele vai ser solto, essa mulher tem que ser informada e protegida. Ela precisa sair de sua casa e ir para um abrigo, que a lei determina que exista. Se esse juiz não faz isso, a vítima corre perigo. A gente já viu isso acontecer, e a mulher foi assassinada no momento em que esse agressor saiu da cadeia. A gente precisa que os órgãos de classe analisem o comportamento do seu corpo de juízes e os capacite periodicamente para que isso não aconteça, para que mulheres que têm medidas protetivas não sejam mortas”, explica.

Ao ser perguntada sobre o que espera para os próximos 15 anos de vigência da lei, Maria da Penha volta a afirmar que espera um maior investimento na Educação: “Eu sou muito

comprometida com a lei que leva o meu nome. Não meço esforços para estar presente na mídia, nos movimentos sociais, e tenho reforçado a importância da Educação para que a gente consiga desconstruir o machismo, que é a origem dessa violência. Se não focarmos na Educação, ainda vamos nos horrorizar com muitos crimes”, finaliza.

A Assistência Social precisa construir seu modelo de gestão. Isso é urgente, sem dúvidas, mas buscando a simplicidade.

Às vezes, aliás, muitas vezes, se constroem modelos de gestão que servem apenas para vaidades passageiras. Precisamos de modelos de gestão que se preocupem de fato com a mobilidade social.

PARA DEBATER

1. Os CREAS estão preparados para atendimento e proteção da mulher vítima da violência?
2. O CREAS pode desenvolver o que Maria da Penha chama de “ações preventivas e educativas”?
3. Equipes que atuam com crianças abusadas sexualmente podem ser as mesmas equipes que atuam com mulheres vítimas de violência ou existe uma especialização própria?
4. Os CRAS podem atender mulheres vítimas de violência?
5. Se não houver CREAS na cidade, como garantir atendimento e proteção à mulher vítima de violência?

Nota: A íntegra da entrevista detalhada neste texto foi publicada no Jornal O Globo, em 2 de agosto de 2021.

“Envelhecer é a coisa mais poética do mundo: até os olhos ficam entre aspas. Deve ser porque entre a infância e a velhice há um instante chamado VIDA”

Edna Frigato

Os três serviços da Proteção Social Básica previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, e disponibilizados pelo CRAS, têm os idosos como um dos segmentos prioritários.

Em primeiro lugar, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), tendo em vista que nas famílias acompanhadas de forma sistemática por este serviço podem ter pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

Em seguida, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), pois prevê ações específicas para esta faixa etária, que, de acordo com a Tipificação, tem foco no “desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de

envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social”.

E, por fim, o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Mais do que abordar os pormenores destes três serviços da Proteção Social Básica disponibilizados nos CRAS, este texto tem como objetivo refletir sobre o processo de envelhecimento e pontuar algumas questões importantes relacionadas à velhice como forma de subsidiar os trabalhadores dos CRAS na elaboração de serviços de qualidade destinados a este segmento.

O estudo de 2020 “Onde estão os idosos? Conhecimento contra a Covid-19”, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2018, feita pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), aponta que 10,53% da população brasileira tem 65 anos ou mais. No quesito rendimento, os idosos correspondem a 17,44% dos 5% dos brasileiros mais ricos, e 1,67% dos 5% dos brasileiros mais pobres.

BPC NÃO DEIXE PARA DEPOIS

QUEM RECEBE O BENEFÍCIO DE PRESTACÃO CONTINUADA (BPC), AGORA TEM QUE ESTAR NO CADASTRO ÚNICO.



Este dado não é uma novidade. Aponta que os mais pobres vivem menos, ou seja, que o padrão de vida é, de fato, um marcador social que interfere na qualidade de vida e na longevidade dos brasileiros.

Em relação à renda, o mesmo estudo aponta que os idosos recebem 59,64% das aposentadorias da Previdência Social, 40,78% dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e apenas 0,89% do Bolsa Família.

Diante disso, e retomando o poema que introduz este texto, o que os trabalhadores do CRAS podem ter em perspectiva para disponibilizar

serviços de qualidade para que idosos, principalmente os mais pobres, possam ter seus direitos garantidos e usufruir desta fase da vida com qualidade, alegria e segurança?

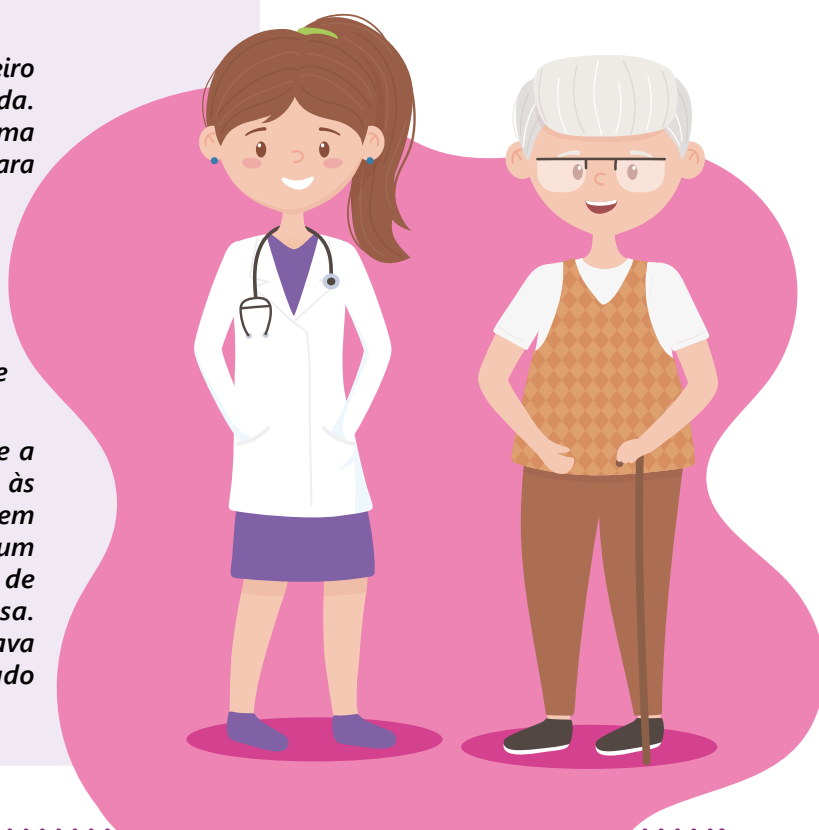
A seguir, contaremos a história de Dona Olga, que nos auxilia a pensar como a pobreza impacta a vida das pessoas idosas mais pobres. Também nos inspira a responder à pergunta acima e refletir sobre esta fase da vida -- infelizmente, ainda encarada por muitos, por puro preconceito, como um fim, sendo que se trata de mais uma fase, como todas as outras, com suas particularidades e repleta de potencialidades e possibilidades. Vamos à história.

Dona Olga tem 68 anos. Moradora da periferia e, como muitas de sua geração, possui o ensino fundamental incompleto. Viúva precocemente aos 27 anos, se viu, desde muito cedo, tendo que criar sozinha os cinco filhos, três meninas e dois meninos.

A primogênita tinha 12 anos quando seu companheiro morreu e a caçula, ainda poucos meses de vida. Não trabalhava e, como era de se esperar, em uma situação como a que se encontrava de uma hora para outra, se viu tendo que gerar renda.

Com pouca experiência de trabalho, baixa escolaridade e nenhuma qualificação profissional formal, teve na informalidade do trabalho a única possibilidade. Deixava os filhos sob os cuidados da primogênita e o olhar das vizinhas para que iniciasse sua tripla jornada de trabalho diário.

A primeira como entregadora de jornais, o que a demandava acordar, fizesse frio, calor ou chuva, às 3h30 da madrugada. A segunda, como faxineira em casas de família, que na época não recolhia nenhum benefício previdenciário. E a terceira jornada de trabalho com os cuidados dos filhos e da casa. Chegava em casa às 19h e às 22h, como costumava falar, não dormia, desmaiava, para iniciar tudo novamente no dia seguinte.



Conseguiu criar todos os filhos, mas essa rotina intensa durou 40 longos anos, sem contribuições previdenciárias, o que a deixou muito desprotegida, e ainda com a necessidade de seguir gerando renda para se sustentar.

Claro que as marcas dessa trajetória ficaram evidentes. Diabética e hipertensa, não tinha mais forças físicas para o trabalho, mas a realidade a obrigava, e aos 67 anos, Dona Olga aparentava muito mais. Começou a faltar trabalho e a renda ia diminuindo, foi quando alguém disse para procurar o CRAS para receber a “LOAS”, que na realidade era a forma popular como se referiam ao BPC.

Morando sozinha, já que os filhos foram viver suas próprias vidas, ela tinha direito ao BPC, pois não tinha aposentadoria e nem renda formal. Protegida com o benefício, costumava dizer que agora era só esperar a morte chegar, como se desejasse isso. A sensação de solidão foi invadindo Dona Olga, que pouco saía de casa, pelo cansaço e por um sentimento que não sabia descrever, mas que era de uma tristeza profunda.

Alguns diziam que Dona Olga estava deprimida, o que ela refutava veementemente. Dizia que isso era doença de madame, que pobre não tinha tempo de ficar deprimido. Porém, Dona Olga estava, sim, com sintomas de depressão.

Um dia, por um problema com o Cadastro Único (que passou a ser obrigatório para quem tinha BPC), ela teve que ir ao CRAS. Na entrevista social,

a assistente social identificou a necessidade de uma visita domiciliar, para entender melhor as condições de vida de Dona Olga. Nessa visita, ficou claro que precisava de um atendimento mais sistemático.

Foi priorizada no PAIF e, com muito esforço, a equipe conseguiu que fosse um dia ao CRAS participar de uma atividade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Naquele dia, uma educadora estava fazendo uma atividade intergeracional de biodança, com um número grande de mulheres idosas.

Dona Olga percebeu que as participantes conversavam muito, estavam alegres, falando sobre suas vidas, o que iriam fazer no próximo final de semana, criando redes de solidariedade, construindo vínculos. Acanhada, já que nunca foi festeira pelas imposições que a vida lhe colocou, resolveu só escutar. Era uma atividade que demandava movimentos corporais, mas Dona Olga disse que estava com dores nas articulações e que iria assistir sentada. De repente viu, maravilhada, aquelas mulheres com corpos, marcas e histórias semelhantes à sua, se movimentando e dançando uma música de uma cantora chamada Rita Lee, que ela via na televisão, mas não conhecia muito. O nome da música era “Saúde”, e dizia ao final assim:

“Mas enquanto estou viva e cheia de graça Talvez ainda faça um monte de gente feliz”.

PARA DEBATER

1. Trajetórias atravessadas pela pobreza impactam na qualidade de vida das pessoas idosas. Como o CRAS pode trabalhar a reparação de histórias como a de Dona Olga nos serviços disponibilizados às pessoas idosas?
2. As equipes dos CRAS infantilizam as atividades com idosos?
3. O CRAS deve mesclar grupos de idosos e jovens em suas práticas de trabalho?
4. Como as redes dos territórios dos CRAS podem contribuir para a qualidade dos serviços destinados aos idosos?
5. CRAS é lugar de idoso namorar?

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Rodrigo Salgueiro | Sociólogo e Professor da Gerência Social da OVG

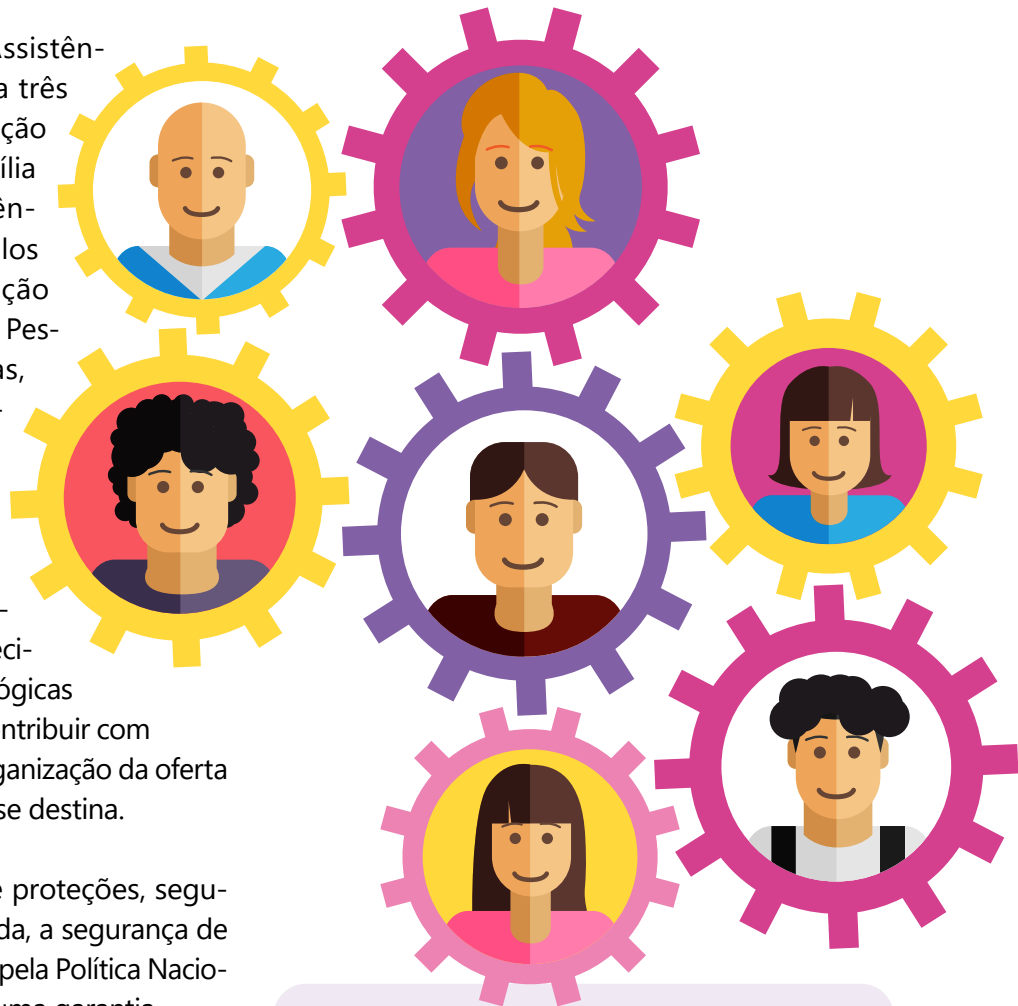
O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) disponibiliza três principais serviços, o de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, que juntos, compõem a Proteção Social Básica do Sistema Único da Assistência Social.

Este texto propõe falar sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, mais especificamente sobre práticas pedagógicas deste serviço como forma de contribuir com os trabalhadores do CRAS na organização da oferta de atividades ao público a que se destina.

Juntamente com a garantia de proteções, segurança de sobrevivência e acolhida, a segurança de convívio também é preconizada pela Política Nacional de Assistência Social como uma garantia.

Grupos de convivência são uma prática histórica no trabalho social. Atividades coletivas sempre foram pensadas para grupos de mães, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, entre outros.

Era muito comum que essas atividades fossem pensadas e organizadas unilateralmente, sem a participação dos usuários, sem que estivessem claros os objetivos e onde se pretendia chegar, funcionando de forma desarticulada com os demais serviços socioassistenciais, com as demais



“Conviver é sempre abrir mão de elementos da minha liberdade, esperar que os outros abram mão de um pouco da liberdade deles e, juntos, possamos achar um ponto onde o ‘nós’ seja possível.”

Leandro Karnal



“Realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria

situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social’.

políticas públicas setoriais, com o sistema de garantia de direitos e com as reais demandas do território, da comunidade e dos usuários.

Era como se fosse uma mera alternativa para passar o tempo, com reproduções das oficinas do momento.

Palestras e oficinas de geração de renda, como artesanato, corte e costura, culinária, etc., bem como atividades de esportes, cultura e lazer, entre outras, eram quase unanimidade nos equipamentos da Proteção Básica.

Não que atividades manuais, artesanais, culturais ou físicas não sejam importantes e não possam ser utilizadas como ferramentas nas atividades propostas nesses serviços. A questão que se coloca é o que motiva tais atividades. Afinal, elas estão de acordo com o que a Assistência Social propõe como Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

Na descrição da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o SCFV é:



Esta descrição nos traz algumas palavras-chave que demonstram a importância do planejamento dessas atividades, dos seus porquês e de suas motivações.

Percurso, aquisições progressivas, ciclos de vida, prevenção de ocorrência de situações de riscos sociais, reconstrução de histórias, trocas, sentimentos de pertencimento, socialização, convivência, direitos, alternativas, potencialidades e emancipação são algumas dessas palavras, que não estão nesta descrição de forma aleatória, e por isso devem ser apropriadas com responsabilidade e atenção quando elaboradas as práticas pedagógicas deste serviço.

Ademais, existe uma série de situações específicas de vulnerabilidades relacionadas que atravessam a vida das pessoas, como conflitos, abandono, solidão, preconceito/discriminação, apartação, confinamento, dificuldade de convivência familiar, isolamento, violência, etc., que devem ser pensadas de forma cuidadosa e articulada com o objetivo de alcançar essa emancipação dos indivíduos preconizada pelo serviço.

Cada faixa etária – crianças até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos, adultos de 30 a 59 anos, idosos – tem tipificada a descrição específica do serviço, bem como os objetivos gerais e específicos para cada segmento. No entanto, o texto orienta a previsão do “desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros”.

Isso demonstra que, além de uma articulação do serviço para fora dos limites do CRAS, também existe o desafio de prever e promover, nas práticas pedagógicas, a integração entre os usuários, independente

dos marcadores sociais, apontando mais uma vez para a perspectiva que tem a “convivência” e os “vínculos” como eixos basilares deste serviço.

Resumindo, o estímulo a relações de convivência saudáveis, seja com a família, comunidade, território ou Estado, e o fortalecimento de vínculos, que vão contribuir para uma atuação emancipatória, são resultantes de um trabalho social de qualidade e cidadão, que pode e deve intervir nas situações de vulnerabilidade que se apresentam com vistas a uma proteção socioassistencial efetiva.

São muitos os desafios das equipes atuantes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que não deve ter suas atividades encaradas como mero passatempo, pois têm grande potência transformadora e podem gerar mudanças efetivas na vida de quem se encontra em situações que vulnerabilizam a existência.

PARA DEBATER

1. É papel do CRAS desenvolver atividades de geração de renda, esporte e lazer no SCFV?
2. Ainda é uma prática dos CRAS ofertar atividades ou oficinas “do momento”?
3. As ofertas de atividades no SCFV são, de fato, elaboradas de forma articulada com os demais serviços socioassistenciais, as demais políticas públicas setoriais, o sistema de garantia de direitos e com as demandas do território, da comunidade e dos usuários?
4. Os usuários do CRAS participam da elaboração e avaliação do que é desenvolvido no SCFV?
5. Os trabalhadores do CRAS conseguem desenvolver atividades intergeracionais e heterogêneas em relação ao gênero, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros?

08

DESIGUALDADE SOCIAL

Danilo Costa | Especialista em Gestão do SUAS e Professor da Gerência Social da OVG

Há uma relação direta entre pobreza e desigualdade, mas as duas questões possuem conceitos diferentes.

Sem entrarmos em detalhes técnicos, podemos entender a pobreza como um conjunto de expressões sociais que indicam “carências” básicas, como a falta de alimentação, moradia, acesso à saúde, à educação e à renda.

Já a desigualdade tem a ver com “carências” que se diferem em um determinado meio ou contexto. Explico.

Em um território em que um pequeno grupo tem excelentes condições de vida e um outro grupo maior quase não tem acesso a serviços, podemos dizer que há uma situação de desigualdade.

Em um outro contexto, agora considerando um território conhecidamente pobre, mas em que algumas famílias possuem acesso à alimentação de forma regular e outras passam fome, também há desigualdade. Neste caso observamos desigualdade mesmo em meio à pobreza.

Em outro exemplo, analisando um território rural em que parte das famílias tem acesso à internet, mas outra parte não possui por falta de recursos para custear o serviço, então também teremos um cenário de desigualdade.

Em um caso concreto e recente, um estudo apresentado no Anuário Brasileiro de Educação Básica demonstrou que a taxa de conclusão do ensino médio entre jovens de 19 anos no



Sudeste era de 77%, contra 67% no Estado do Rio de Janeiro; já no Nordeste a taxa média era de 62%, contra 73% no Ceará. Vemos aqui desigualdades entre regiões e entre estados em uma mesma região.

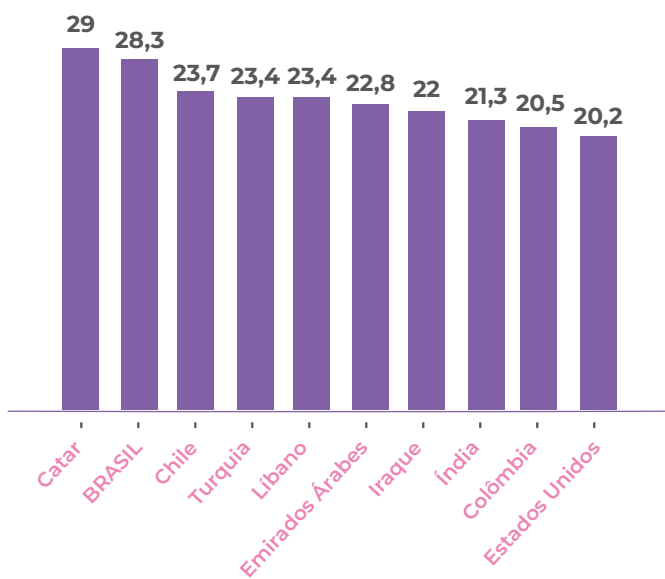
O debate sobre desigualdade não é novo e vem ganhando destaque com o entendimento de que não superaremos a extrema pobreza se não reduzirmos a desigualdade.

Dada a importância da questão, a redução da desigualdade foi fixada como a décima meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) para ser alcançada até 2030.

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), do Programa das Nações

CONCENTRAÇÃO DE RENDA

O Brasil tem a 2ª maior concentração de renda entre mais de 180 países
(concentração de renda de 1% mais ricos, em %)



Fonte: Pnud 2019

Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e do Banco Mundial sempre apontam o Brasil entre as 10 nações mais desiguais do mundo.

Até 2015, o Brasil observou queda nos indicadores de desigualdade, a partir de 2016 passamos a computar aumento até alcançarmos o pico em 2018.

A desigualdade tem se consolidado como uma característica do país. Estudo da ONU no final de 2019 mostrou que o 1% da população mais rica concentrava 28,3% da renda do país.

A Síntese de Indicadores Sociais 2020 do IBGE mostrou que os 10% mais ricos ganhavam 12 vezes mais que os 40% mais pobres.

É muito comum ouvirmos que o Brasil não é pobre, que é na verdade um país desigual. Discordo dessa afirmação, pois o Brasil é um país que produz muitas riquezas sim, mas ficam concentradas entre poucos, o que acaba por produzir muita pobreza também.

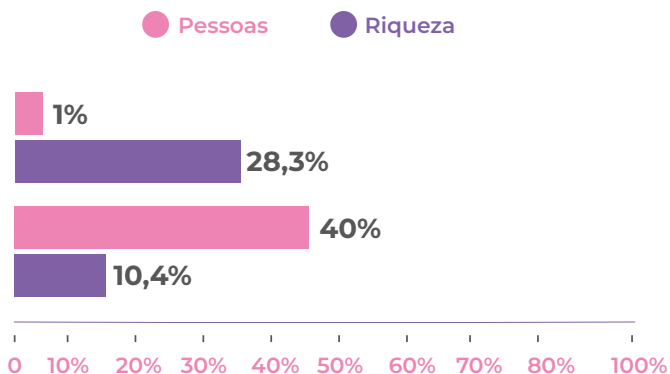
Normalmente as pesquisas consideram somente a renda para avaliação da desigualdade, utilizando indicadores como o Índice de Gini, por exemplo. Evidentemente a renda é uma das características da desigualdade, no entanto não é capaz de traduzir a complexidade da questão.

Desigualdade tem a ver principalmente com a distância que separa as pessoas e os agrupamentos sociais. Tem a ver com a (in)capacidade de acesso a bens e serviços essenciais; e não apenas à má distribuição de renda.

Vivemos em uma sociedade em que nos acostumamos com pessoas pedindo comida na porta de restaurantes lotados. São realidades muito distantes.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL

1% mais rico detém mais do que o dobro da renda dos 40% mais pobres



Fonte: Pnud 2019



Ilustração: Robert Wood Johnson Foundation

No mundo da hiper digitalização, temos pessoas conhecidas no país inteiro, enquanto outras estão completamente invisíveis à sociedade e à política pública.

Precisamos construir pontes que diminuam a distância entre os mais vulneráveis e aqueles que têm melhores condições de cidadania.

Nos estudos sobre desigualdade fica claro que ela é estruturada a partir de marcadores sociais como gênero, etnia, território e ciclos etários. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) do IBGE em 2019 mostravam que:

- o nível de ocupação dos homens era de 65,5%, enquanto das mulheres era de 46,1%;

- a população branca ganhava, em média, 73,4% a mais do que os de cor/raça preta ou parda;

- a renda dos trabalhadores no Nordeste alcança apenas 68,5% da renda média nacional.

A pandemia escancarou ainda mais a questão da desigualdade social no Brasil. Os jornais nos mostraram de forma extensiva que a pandemia alcançou a todos, mas impactou de forma muito mais dura as populações historicamente vulneráveis.

Em relação à educação, por exemplo, o IBGE demonstrou que 95,3% dos estudantes que não possuem acesso à internet estão na rede pública. São 4,1 milhões de crianças, adolescentes e jovens que tiveram sua aprendizagem prejudicada entre 2019 e 2020.

As pesquisas que monitoram os preços médios de mercado apontam que a inflação impactou primeiramente e de forma mais severa os pobres, com o encarecimento dos alimentos, da habitação e do transporte.

É preciso agir de forma rápida para podermos interromper e reparar o processo de agravamento social que estamos vivendo. O poder público tem papel fundamental no combate à desigualdade, facilitando o acesso aos serviços e promovendo oportunidades.

No entanto, algumas vezes observamos o contrário, como por exemplo a burocratização desnecessária, a digitalização/bancarização dos programas de transferência de renda, ou até mesmo quando programas habitacionais são instalados em regiões isoladas das cidades, que não possuem redes de serviços, o que acaba por reforçar as estruturas da desigualdade.

Quando falamos em desigualdade, é comum ouvirmos propostas simplistas sobre renda universal, que não resolvem o problema e reproduzem o discurso equivocado de desigualdade apenas como uma questão de renda. O que vemos é, mais uma vez, o debate marcado apenas pela questão econômica.

O crescimento econômico para poucos acaba agravando a questão social. Apenas o desenvolvimento social será capaz de construir uma sociedade economicamente desenvolvida e igualitária.

E qual a saída?

A desigualdade de renda é a mais conhecida e debatida, mas e as demais? E a desigualdade em educação, por exemplo? Tem aluno que aprende e aluno que não aprende. Tem aluno



que segue na escola e tem aluno que evade. Por quê?

Entender a desigualdade precisa atravessar o debate único de renda. A mais grave desigualdade que precisamos enfrentar é a educacional, pois se a superarmos teremos muito mais condições de superar as diferenças de renda.

A saída da desigualdade não é pela renda. As pesquisas mostram que conforme aumenta os anos de estudos, diminui-se desemprego e se aumenta a renda da pessoa e da família. A resolução da questão passa é pela educação.

Quando Goiás faz o esforço de colocar a educação em primeiro lugar na verdade o resultado será a queda progressiva das desigualdades.

Um exemplo bem simples: até pouco tempo o aluno da rede pública não tinha direito a uniforme, mochila, material escolar e nem tênis. Os alunos da rede privada tinham tudo isso. O que fez o Estado? Gerou igualdade e hoje todos os alunos da rede pública vão para a escola com uniforme, tênis e mochila com material escolar.

O exemplo é simples, mas perfeito para mostrar que alunos passaram a ter o que nunca tiveram. E ficaram mais motivados a ir para escola e aprender.

Jamais iremos superar a desigualdade social se nossa mentalidade for a econômica. Mas se pensarmos de forma educacional, teremos iniciado uma jornada de transformações que mudará a trágica desigualdade brasileira.



ÍNDICE DE GINI

Uma das principais medidas para indicar a concentração de renda, é um indicador amplamente utilizado por pesquisadores e organismos internacionais. O índice varia entre 0 e 1, em que quanto mais próximo de zero, menor desigualdade, e quanto mais próximo de um, mais desigual. O Índice de Gini do rendimento domiciliar por pessoa no Brasil em 2019 era de 0,543, um pouco melhor que o de 2018 que foi de 0,545, mas ainda representa um retrocesso em relação à 2015 quando foi de 0,523 segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE.

PARA DEBATER

1. Um território pobre também pode ser desigual?
2. A Assistência Social trabalha com pobreza. É preciso trabalhar contra desigualdade também?
3. A Educação não seria o único caminho para se construir igualdade?
4. Existe a possibilidade da desigualdade crescer e congelar a pobreza brasileira?
5. Sua cidade tem um planejamento contra desigualdade?

Danilo Costa | Especialista em Gestão do SUAS e Professor da Gerência Social

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é muito recente; podemos dizer que ainda está se construindo. A cada dia damos um passo à frente, mas ainda existem fortes lacunas em nossas práticas de trabalho: o monitoramento e a avaliação.

A cultura da avaliação de políticas públicas é muito mais avançada, por exemplo, na Educação, onde existe, entre tantos estudos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Na Saúde, monitora-se anualmente as taxas de mortalidade infantil, mortalidade materno-infantil, diabetes, hipertensão, dentre tantas outras.

Mas e nós? O que monitoramos? O que avaliamos?

Muitas vezes estamos presos nas fichas de frequência, fazendo apenas um levantamento quantitativo do que passa pelo CRAS ou pelo CREAS.

Avaliar é conhecer quem passa, como passa e o resultado da passagem. Esse eu diria ser nosso grande desafio: avaliar.

Sem avaliação, não saberemos se avançou, estagnou ou retrocedeu. Ficamos na tendência do "achismo". E nada pior em uma política pública do que o achismo. O achismo é egoísta, pois ele impõe o que o profissional acha sem levar em conta a realidade.

É preciso perder o medo de avaliar. Dessa forma, nosso trabalho ganhará outra dimensão. Os usuários terão outro atendimento; seguramente baseado em qualidade e resultado.

Vamos conversar e debater sobre esse atraso no SUAS. Não podemos mais perder tempo.



Monitoramento e avaliação são movimentos contínuos no processo de gestão, assim como o planejamento e a execução. Na verdade, só é possível monitorar e avaliar aquilo que se realizou (ou não), bem como a execução deve ser precedida de um bom planejamento.

Dito isso, duas questões são muito importantes para compreender o resultado de nosso trabalho:

1 – Eficácia: responde se algo foi devidamente executado. A pergunta para essa questão é simples: "Fizemos o que deveria ter sido feito?". Sem planejamento é impossível verificarmos se houve eficácia, pois não teremos um ponto de partida de referência para verificarmos se o que foi proposto foi de fato alcançado. Eficácia tem a ver com o "que" fizemos.

2 – Eficiência: tem a ver com o "como" fizemos. Está relacionada com a forma de se fazer, nossas metodologias. Para verificarmos a eficiência devemos nos perguntar: "Fizemos da melhor forma possível?". Verificar a eficiência é fundamental para a melhoria contínua de nossas práticas.

Eficácia e eficiência estão diretamente relacionadas ao monitoramento. Mas como saber se o resultado foi positivo sem avaliar? Quando falamos de políticas públicas, há algo ainda mais importante para ser verificado: **a efetividade**.

Muitas vezes, as ações são realizadas perfeitamente como foram planejadas (eficazes) e da melhor forma possível (eficientes), mas não são capazes de gerar resultados.

A efetividade é a capacidade de gerar resultados concretos na comunidade e nas famílias acompanhadas.

Vamos, então, partir para um estudo de caso para entender melhor os processos de monitoramento e avaliação?

Um novo CRAS

Um bairro muito pobre e violento foi escolhido para a implantação de um CRAS. A população vivia em absoluta pobreza.

Foi escolhido, então, um coordenador com muita experiência em gestão. E ele disse ao prefeito que, antes de inaugurar o local, ele precisaria de três meses.

O prefeito ficou surpreso e perguntou: “Três meses?”. O coordenador logo respondeu: “Sim, três meses”. E explicou:

“Preciso organizar movimentos importantes para que tenhamos resultados. No primeiro movimento, vamos conhecer o território e isso será feito por meio do Cadastro Único, de dados oficiais, visitas domiciliares e reuniões comunitárias. Não se conhece gente só vendo dados. O diálogo social é muito importante. O segundo movimento é reconhecer as maiores desproteções sociais e, a

partir delas, organizar a relação com a rede local e municipal. Já o terceiro movimento trata-se de planejar as ações a partir do PAIF, que vai organizar o acompanhamento das famílias. Ele vai direcionar nosso trabalho. O quarto e último movimento é organizar os processos de avaliação e monitoramento das famílias, da equipe e do território através de instrumentos próprios, grupos operativos e diálogos sociais.”

O prefeito viu tanta confiança que aceitou o prazo e o coordenador manteve foco nas urgências, nas desproteções e na vigilância. Seu planejamento não era estático. As avaliações mudavam prazos e métodos. Mas ele só sabia que precisava mudar por conta da avaliação. E, assim então, o PAIF ganhou a verdadeira dimensão no trabalho.

Com um protocolo de trabalho debatido com a equipe e pactuado com as famílias, o coordenador sabia devidamente se o CRAS estava garantindo direitos, se estava gerando mobilidade social e detendo a pobreza.

Três anos após o CRAS estar funcionando, tínhamos muito mais do que um centro social, e sim um equipamento que garantia a porta de entrada no SUAS e gerava resultados de inclusão social sustentável.

PARA DEBATER

1. **Você conhecia o conceito de eficiência, eficácia e efetividade?**
2. **Avaliação é uma necessidade para o trabalho ou é possível seguirmos trabalhando sem avaliar?**
3. **A equipe em que você atua tem a prática de avaliar?**
4. **A equipe em que você atua é avaliada?**
5. **Quando se avalia busca-se apenas as questões positivas? As negativas devem simplesmente ser esquecidas?**

Marcelo Reis Garcia | Assistente social e professor de práticas sociais

Em 7 de dezembro de 2021, completam-se 28 anos da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A implementação da Assistência Social como uma política pública tem sido uma longa jornada de desafios.

A Assistência Social é uma política que tem trabalhadores engajados e entusiasmados, que não deixaram de lutar, ano a ano, para que a população tivesse acesso a direitos.

Atravessamos da Legião Brasileira de Assistência (LBA), passando pelo Sistema Descentralizado da Assistência Social e chegando ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS), sempre com a certeza que estávamos promovendo um movimento de organização social fundamental para o País.

E não foi pouca coisa que fizemos. Dá para imaginar que o primeiro Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é de 1999 e que o primeiro Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de 2000? Hoje CRAS e CREAS são realidades no sistema de proteção social no Brasil.

E fizemos muito mais. Retiramos do trabalho infantil mais de 3 milhões de crianças e adolescentes. Implementamos um Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) que é referência mundial. Unificamos vários programas sociais em apenas um, que é o Programa Bolsa Família. Estruturamos o Serviço de Proteção e Acompanhamento Integral das Famílias (PAIF). Assumimos o trabalho de reconstrução de vínculos familiares e comunitários.

Trabalhamos na prevenção e no acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso



e exploração sexual. Protegemos mulheres vítimas de violência moral e física. Atendemos todos os dias pessoas em situação de rua com perda total de vínculos familiares e comunitários. Acompanhamos as condicionalidades do Bolsa Família para que a segurança social de renda seja real.

Ufa! A gente não parou. Foi e é muito trabalho.

Mas e o nosso futuro? Qual será o nosso futuro?

Com a pandemia da Covid-19, tivemos uma diminuição da renda dos brasileiros, aumento do desemprego e uma grave crise social. Estamos e estamos atentos para que a população tenha garantias mínimas, mas não podemos deixar de pensar em nosso futuro.

É no presente que se constrói o futuro, com planejamento e metas. Em 2021, estamos tendo

conferências municipais e estaduais e teremos a Conferência Nacional da Assistência Social. São nesses importantes espaços que avaliamos, planejamos e nos organizamos.

Temos muito futuro pela frente, mas esse futuro deve ser de diálogo social, organização comunitária e fortalecimento das famílias. Não precisamos de um futuro com mais e mais projetos. Precisamos de um futuro com direção.

Sabe qual a direção que não podemos abrir mão? O da inclusão social sustentável. Nosso futuro é encontrar a Desproteção Social, acolher, proteger e, sobretudo, incluir. Temos um papel fundamental para que o Brasil garanta mobilidade social à sua população. A Assistência Social já fez muito, mas ainda tem muito a fazer.

PARA DEBATER

1. Qual o futuro da Assistência Social na sua cidade?
2. Qual seu futuro na Assistência Social?
3. Qual o futuro dos CRAS e CREAS?
4. Há futuro para a Assistência Social sem planejamento?
5. Você acredita e confia no futuro da Assistência Social?



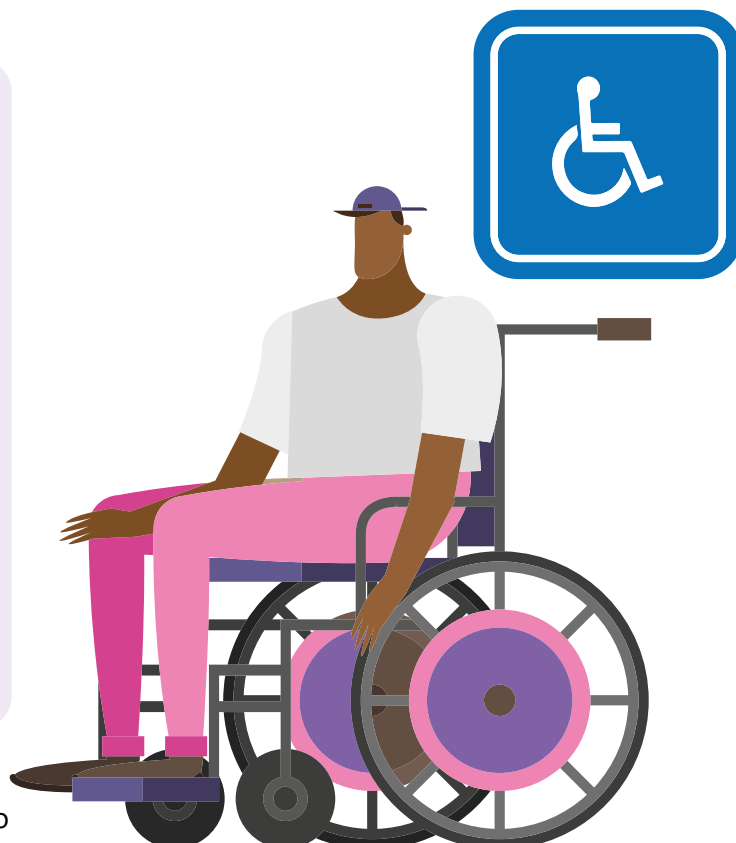
11

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nívea Chagas | Jornalista e Professora da Gerência Social da OVG

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

Lei No 13.146 de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência



Segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 45 milhões de brasileiros vivem com algum tipo de deficiência. O Cadastro Único já registra mais de 2 milhões de pessoas neste grupo, que estão mais próximas da proteção social, mas que, ainda assim, enfrentam a discriminação, a exclusão e o esquecimento.

Muito provavelmente, a ação da Assistência Social mais conhecida junto à pessoa com deficiência seja o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um benefício assistencial, estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência (1993), mais conhecido como LOAS.

O BPC é destinado a quem não dispõe de meios para prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família. São pessoas com renda

per capita familiar inferior a um quarto do salário mínimo, formando um público prioritário para os serviços e programas socioassistenciais ofertados no âmbito do SUAS.

O SUAS provê programas e serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial. Na Proteção Básica, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) podem mudar diretamente a vida de pessoas com deficiência, assim como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas. Já na Proteção Social Especial, as pessoas com deficiência são atendidas pelo Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência,

Idosas e suas Famílias, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e pelos Serviços de Acolhimento.

Cabe lembrar, ainda, o Programa BPC na Escola, criado em 2007, para complementar a atenção aos beneficiários do BPC de até 18 anos. O programa deve acompanhar as famílias dos beneficiários para identificar possíveis obstáculos e dificuldades para a inserção e permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola. Lamentavelmente, o BPC na Escola avançou muito pouco no Brasil.

COMO PARTICIPAR DO BPC

Benefício de prestação continuada

1º

CADASTRO

O primeiro passo é fazer o CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS.

Ele é a porta de entrada para 20 políticas públicas oferecidas pelo governo. Mais de 27 milhões de famílias brasileiras estão cadastradas neste sistema.

2º

ATENDER AOS REQUISITOS

+ de 65 anos ou pessoas com deficiência física;

Renda familiar mensal por pessoa de até R\$ 249,99 (1/4 de salário mínimo);

CPF + comprovante de residência;

Não participar de outra política pública de assistência (Bolsa Família, Seguro Desemprego, etc.);

Pessoas com deficiência física devem passar por avaliação médica e social.

ONDE SE CADASTRAR

Basta ligar para a Central de Atendimento da Previdência Social - 135, ou pelo site da previdência: www.previdencia.gov.br

É impensável aceitarmos que crianças com deficiência beneficiárias do BPC não tenham direito ao aprendizado e ao crescimento intelectual. No entanto, mesmo com toda a legislação e a provisão de benefícios, milhões de pessoas nesta situação vivem segregadas ou reclusas, sem condições de exercer seus direitos à educação, trabalho, convivência comunitária e participação social.

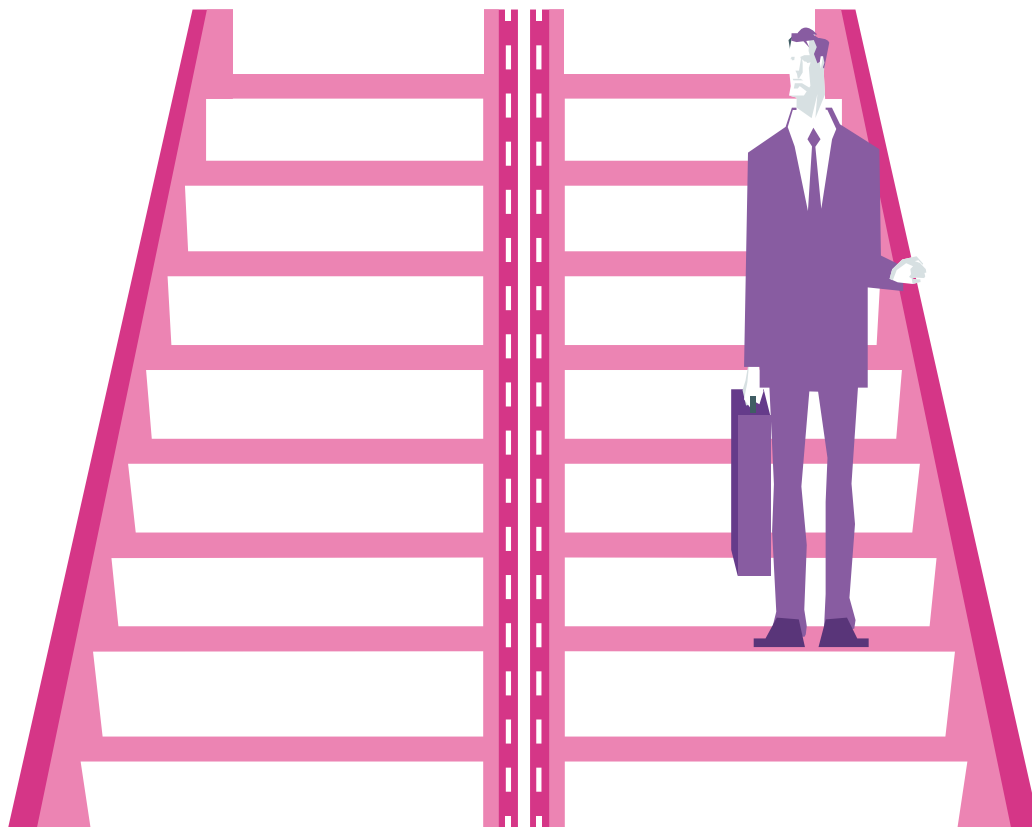
O Sistema Único da Assistência Social, que, por sua capilaridade, dinâmica e processo, pode, de fato, alcançar mesmo os mais invisíveis, deve ser o protagonista na garantia da construção e ampliação de territórios inclusivos, de territórios que acolham e possibilitem a vida de todos, em toda a nossa diversidade.

Vejam um estudo de caso:

Júlia tem 38 anos, é uma mulher saudável, com Ensino Médio completo, que um dia sonhou alto, fez planos de uma vida de descobertas e conquistas. Vive hoje com seus dois filhos, Juan e Maicon, na casa de três cômodos em uma comunidade da periferia, onde são escassos os serviços de saúde, transporte e saneamento. Júlia mora na parte mais vulnerabilizada desse território.

Juan e Maicon são gêmeos, ambos com paralisia cerebral decorrente de um parto muito difícil, e complicações nas primeiras horas de vida.

Quando Júlia, com 26 anos, deixou o hospital, dois meses depois do parto, deixou também para trás todos os planos e projetos de um futuro cheio de conquistas e avanços. Mas trazia uma certeza, a de que iria lutar por seus filhos. E faz isso até hoje.



O pai dos gêmeos não conseguiu lidar com as dificuldades da criação dos meninos. Júlia não se queixou quando ele foi embora. O ex-companheiro não conseguia ver o que ela via nos filhos: duas pessoas que, sim, tinham uma deficiência, mas que tinham sua identidade, seu “jeitinho de ser”, de se relacionar, tinham as suas próprias potências. Sim, potências! Os dois, apesar das sequelas físicas, tinham uma inteligência preservada, tinham um coração!

E não só o marido, muita gente se afastou. Se afastaram das dificuldades, das diferenças que aqueles meninos traziam. Se afastaram com seus medos e preconceitos.

Júlia foi se vendo cada vez mais só e logo entendeu que precisava de ajuda para além daquela oferecida pelos profissionais de Saúde, dos médicos e terapeutas. Com o seu tempo totalmente dedicado a cuidar dos meninos, ela não conseguia trabalho formal, ficava isolada em casa com os filhos. Mas sentia que, apesar de ter abdicado dos sonhos antigos, tinha ainda o direito de sonhar novos sonhos e sonhar com uma vida boa para seus meninos. Por que não?

Por intermédio da assistente social do hospital que frequentava com os gêmeos, Júlia chegou ao CRAS do território onde mora. E seu mundo mudou mais uma vez. Ela descobriu, então, a existência de uma política pública que tinha

como missão proteger e promover o desenvolvimento de seus filhos.

O simples fato de presenciar um olhar sobre seus filhos que não era de pena e comiseração, mas um olhar de acolhimento e respeito, um olhar inclusivo, mudou tudo.

Para sobreviver, Júlia conseguiu, por meio das informações e do apoio do CRAS, o Benefício de Prestação Continuada para as duas crianças. A sua pequena família vive praticamente dessa renda. Avançou e conseguiu que os filhos participassem de serviços de reabilitação e frequentassem a escola através do BPC na Escola.

Agora, Júlia, com apoio do benefício, tem tempo e condições de cuidar de seus filhos e, quando eles estão na escola, sobra um tempinho para fazer doces para vender, fazer novos planos e redirecionar sua vida. Ela sonha em ter seu próprio negócio e tem convicção de que seus filhos terão acesso a todas as oportunidades possíveis.

No Centro de Referência Para a Pessoa Com Deficiência da prefeitura, frequentado pelos seus filhos, Júlia participa de um grupo de mães, um grupo de apoio e troca de experiências. Nesse grupo, Júlia vem aprendendo que ninguém pode ser reduzido à condição funcional do seu corpo. Pessoas com deficiência podem ter autonomia, capacidade de aprender, de trabalhar e de tomar decisões. E mesmo quando não têm todas estas capacidades, continuam sendo pessoas, sujeitos de direitos.

O que Júlia, Juan e Maicon têm aprendido com as trabalhadoras do CRAS é que quando os espaços, as pessoas e os ambientes se preparam para receber a todos, a quem tem alguma deficiência, essa deficiência é menos limitante, é menor.

Desde então, Julia tem uma certeza: mesmo com todas as dificuldades e desafios, eles vão construir uma história bonita, uma história para contar.

PARA DEBATER

1. As pessoas com deficiência são um público presente nos equipamentos e serviços da Assistência Social da sua cidade?
2. Como funciona o BPC na Escola na sua cidade?
3. Os CRAS estão preparados para receber pessoas com deficiência em toda a sua diversidade com rampas e banheiros acessíveis, por exemplo?
4. É papel do SUAS encontrar e dar visibilidade às pessoas que foram isoladas por suas famílias?
5. Como articular uma rede de proteção que torne o território realmente inclusivo?

12

DESPROTEÇÕES SOCIAIS

Marcelo Reis Garcia | Assistente social e professor de práticas sociais

O Brasil afirma com certa pretensão ter construído uma rede de Proteção Social. Eu não penso assim. Avanços, sem qualquer dúvida, na oferta de segurança de renda, mas a consolidação de uma Rede Protetiva me parece bem distante da realidade. Existem vazios sociais que estão consolidados, quer sejam nas cidades ou no campo. Confundir Proteção Social com uma rede de projetos e serviços assistenciais tem sido comum, mas é importante separar as coisas. Proteção Social é cobertura total de ausências e oferta permanente de pertencimentos. Vai além das inclusões temporárias e assistemáticas em projetos sociais. Temos um longo caminho a percorrer para construirmos e consolidarmos um Estado de proteção social no Brasil.

O conceito de Proteção vai muito além da realidade diária dos projetos desenvolvidos no Brasil, quer pelos municípios, Estados ou União, ONGs ou entidades sociais. A própria fragmentação em diversos atores com lógicas e metodologias diferentes confirma a ausência de uma proteção estatal com consistência, metas, objetivos e, sobretudo, resultados. A entrada no cenário nacional a partir da segunda metade da década de 1990 do que foi chamado de responsabilidade social produz também significados de que não temos uma proteção em que o Estado de fato seja a inteligência do processo.

Com a expectativa de que todos podem fazer algo ou com o pensamento de que a Proteção Social é tarefa de todos e não do Estado, vivemos, na verdade, uma série de ações que não possuem uma lógica regulada. A organização de uma Proteção Social de Estado não pode e nem deve ser compartilhada no comando e

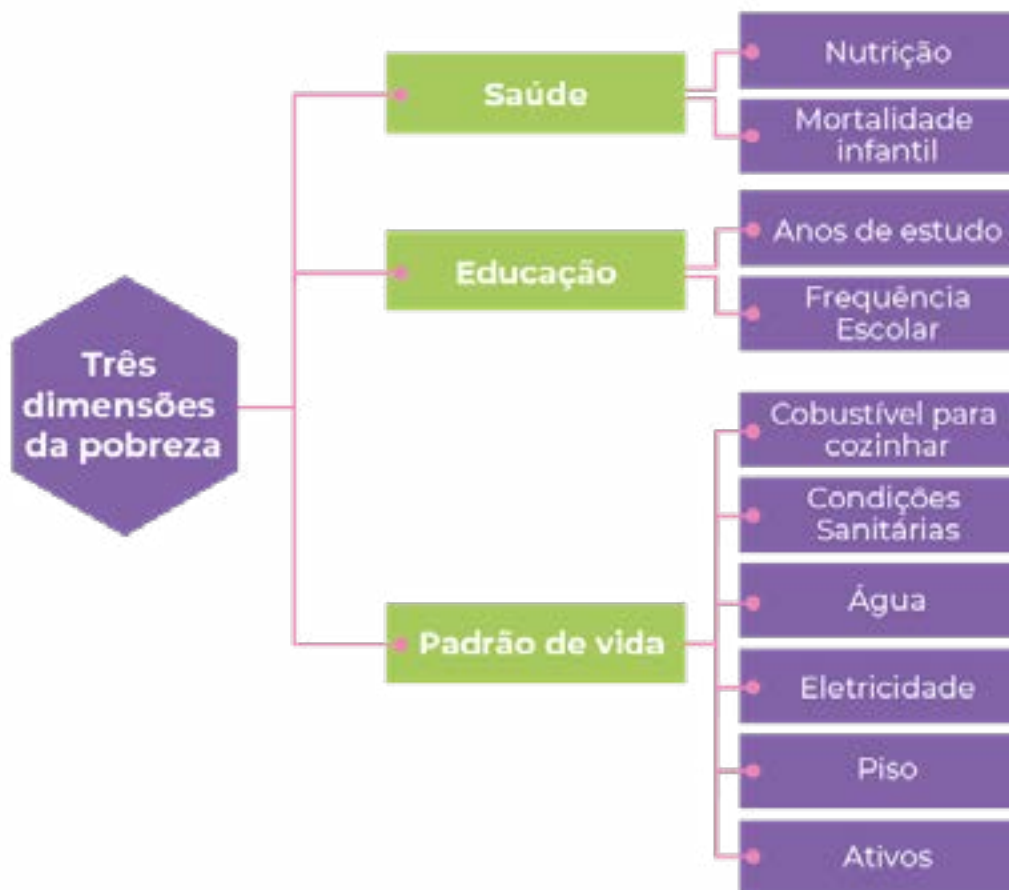
“A proteção social no âmbito da assistência social é muito mais do que a análise do valor da renda per capita dos membros de uma família.

Quem assim pensa não considera o acesso a direitos sociais mas somente o poder de compra, ainda que seja para a sobrevivência.

Proteção social é garantia de uma relação digna entre provedores e dependentes e se compõe sobretudo da rede de vínculos sociais que a família e seus membros mantêm com a parentela, amigos, vizinhos, associações.

Tudo isso somado às possibilidades concretas de oferta de acessos, com que a família conta, nas políticas públicas no território onde vive, que estabelecem sua capacidade de reagir às desproteções sociais que enfrenta.”

Aldaíza Sposati



na estratégia, e no Brasil a pretensa Rede de Proteção Social é fragmentada, sem comando estratégico e sem uma metodologia que pretenda resultados nacionais.

Infelizmente ainda vivemos de exemplos, e não de uma estratégia de resultados. Quais seguranças sociais devemos oferecer no Brasil? Conhecemos as inseguranças? Desde o final dos anos 1990, estamos concentrados no fortalecimento da oferta da segurança de renda. O Bolsa Família, sem dúvida, é o maior exemplo dessa preocupação. Mas a pobreza não se constrói e se consolida apenas na ausência de renda ou na baixa renda. Ela tem muitas entranhas, as quais temos profundas dificuldades em reconhecer. A pobreza tem variáveis muito maiores que a

renda as quais, de certa forma, estão debaixo de muitos tapetes, pois acabamos confiando de forma equivocada em que apenas transferir renda seria o caminho mais seguro e certo para acabarmos com a indigência e a miséria no Brasil.

Os países desenvolvidos (Estados Unidos, Canadá e países da Europa), desde a década de 1930, consolidaram a ideia de que o Estado deve proteger seus cidadãos. Nascia aos poucos o que passamos a conhecer pelo estado de bem-estar social, que nunca de fato foi construído no Brasil. Não tivemos condições ou mesmo consciência em diferenciar um estado que protege de um Estado que cria projetos. O Brasil, na verdade, historicamente foi e é um Estado que cria projetos

.....

sociais. Estamos longe de consolidarmos um modelo protetivo com características e posições de Estado. No Brasil, a "proteção" ainda é privatizada pelas entidades filantrópicas e a novidade equivocada da "responsabilidade social" por meio da renúncia fiscal.

A Constituição de 1988, no entanto, foi bastante avançada no capítulo da Seguridade Social, regulada depois na Lei Orgânica da Assistência Social, ao dizer que é papel do Estado o provimento de mínimos sociais para cada cidadão. Mais de 30 anos depois, ainda não tivemos a capacidade de indicar que mínimos sociais seriam esses. Sem essa etapa do trabalho continuamos a pensar a proteção com a criação de projetos sociais. Vale destacar que a rede de "proteção" paralela ao Estado brasileiros colabora e muito para o retardamento da construção do Estado de Proteção no Brasil. O estado de bem-estar social norte-americano e europeu já entrou em crise no final da década de 1970, início dos anos 1980, e já saiu da crise, enquanto o brasileiro sequer foi definido e consolidado. Ainda não temos um Estado focado na proteção social que de fato entenda que esta é sua responsabilidade sem possibilidade de delegações. Os paralelismos propostos e em muitos lugares impostos pela rede paralela de "proteção" adiam a nossa urgência nacional de afirmarmos a inteligência do Estado na construção do nosso próprio estado de bem-estar social.

No início de 2007, participei de uma mesa de debates sobre um tema que, para mim, era bastante novo. Iríamos debater as Desproteções Sociais no Brasil. Fazia sentido. Como podemos debater a Proteção Social se desconhecemos as DESPROTEÇÕES?

Esse debate com mais cinco ou seis pessoas foi muito oportuno. Algumas destas queriam negar

a expressão. Achavam que falar em Desproteção era negar o conceito de Proteção. Mas o que estava colocado era que seria necessário um amplo espaço para mapear desproteção por desproteção, ausência por ausência. Esse exercício, sem dúvida, deixa a classe política nua, pois, em vez de dizer o que está sendo feito, temos que dizer o que não está sendo feito, e por conta disso há tantas contradições sociais no Brasil.

Mergulhei, a partir de então, nessa reconceitualização das políticas públicas no Brasil. O cinema foi o lugar onde entendi melhor o que seriam as Desproteções Sociais. Assistindo ao filme sobre a cantora francesa Edith Piaf, percebi que ela foi uma personagem que deu certo, mas uma pessoa que vida afora deu errado, por causa de uma série de desproteções sociais que viveu em sua infância e juventude.

Sim. Há espaço para falarmos em Desproteções Sociais. Aliás, é a partir dessa conceitualização que vamos de fato poder construir o modelo protetivo brasileiro. Na verdade, estabelecemos um modelo no Brasil que costumo chamar de a "ideia da vez". Vamos implementando ideia após ideia, e migrando as pessoas de projeto em projeto, sem dar conta de que, na verdade, não estamos oferecendo estratégias seguras de proteção e consolidação de uma sólida travessia da exclusão para inclusão.

O debate sobre as Desproteções Sociais não é nada fácil. É preciso coragem para apresentar à sociedade nossas ausências, nossas contradições, nossos vazios institucionais e sociais. Em geral, a sociedade não tem as informações dos vazios e sim das "ideias da vez". Conhecer o contraditório e as contradições de uma sociedade, sem dúvida, será o melhor caminho para a construção e o provimento dos mínimos sociais

de que fala a Lei Orgânica da Assistência Social. Como não enfrentamos nem as nossas contradições e nem o nosso contraditório social, acabamos optando por iniciar, a cada mês e ano, um novo projeto social. Um novo slogan. Uma nova ideia.

Em 2001, fiz uma pesquisa que até hoje me marca. Seleccionei 100 prontuários de crianças atendidas em um projeto social do Governo Federal do ano de 1971. Queria saber, 30 anos depois, como estavam as coisas. Conseguimos visitar 67 famílias e não foi surpresa alguma constatar que todas ainda estavam vivendo de projeto social em projeto social. Não havíamos organizado a travessia do fosso que separa exclusão da inclusão. Preocupamo-nos muito mais com a inclusão do projeto e não com a inclusão social sustentada daquela criança e família na vida diária da sociedade. Não terei surpresa alguma se, em 10, ou 20 anos, a situação tenha perdurado.

Sim, para proteger precisamos conhecer as desproteções. Para organizar projetos, programas e ações, precisamos reconhecer vazios e ausências. Não podemos e nem devemos caminhar sempre de forma empírica. E que desproteções seriam essas? Elas moram onde? Onde residem as desproteções sociais no Brasil? De certa forma, elas estão nas cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – não são poucas, nas áreas rurais, nas metrópoles e suas favelas e aglomerados urbanos. Nossas desproteções sociais estão espalhadas por políticas públicas pouco consolidadas, como habitação, saneamento, educação, cultura, saúde... Vale destacar que políticas, em geral, pouco se falam e interagem por uma tradição brasileira de ações e projetos isolados e sem interatividade técnica,

política e estratégica. De fato, falta estratégia para as políticas públicas no Brasil. falta pensar o futuro e os resultados.

O caminho adotado pelo Brasil desde os anos 1940 foi de construção de projetos sociais, um atrás do outro, sem muita articulação com a realidade do padrão de ausências sociais. Temos a gênese desse processo na Legião Brasileira de Assistência (LBA), nos anos 1940, e desde então não faltaram boas ideias e, é claro, algumas ideias muito ruins. Se pensarmos nas ideias da vez, poderemos pensar, por exemplo, no Programa do Leite, no governo Sarney; no Programa Minha Gente, no governo Collor; no Programa Ação da Cidadania contra a fome, estimulada pelo governo Itamar Franco; no Programa Comunidade Solidária, no primeiro governo FHC; no programa Comunidade Ativa, no segundo governo FHC; no Programa Fome Zero, no primeiro governo Lula; e no Programa Bolsa Família, que se consolida no segundo governo Lula. Programas, projetos e ações que vão sendo pensados, lançados, desenvolvidos e terminam sem eira nem beira. Seus termos indicam que, de fato, não temos um Estado protetivo. Podemos ter, no mínimo e com boa vontade, um Estado criativo em ações sociais.

O que estou propondo neste texto é uma revisão do ponto de partida na formulação de programas e projetos. Não vamos partir do pressuposto que estamos oferecendo proteção se nem de fato conhecemos as desproteções. Estou propondo estimular a governança social para pensarmos estratégias e resultados em busca da construção real de um estado de bem-estar social no Brasil. Sem governança, não iremos avançar. Sem estratégia, não iremos avançar, e sem compromisso com resultados, continuaremos

no nosso patamar de caminhar a população de projeto em projeto social.

As desproteções existem e marcam a vida diária da população brasileira. É chegada a hora de conhecer e enfrentar o vazio de regulações, metas e resultados neste campo. O conceito de Governança Social, sem dúvida, pode nos oferecer um novo caminho, que deve ser trilhado sem medo e com coragem. O que vamos encontrar não será nada fácil, mas, ao encontrá-lo, vamos conhecer, definir e pensar o que precisa ser feito para que o Brasil de fato ofereça Proteção Social.

A sociedade só ganhará com o conhecimento das suas contradições. Isso provocará, sem dúvida, a possibilidade de avançarmos em um amplo Pacto Nacional contra a miséria e a indignância. Um pacto que construa de fato um país protetivo e preocupado em mudar a vida diária da população mais vulnerável no Brasil.

Precisamos avançar em busca de conhecimento, estratégias, resultados e de uma sólida pactuação nacional sobre o nosso mais grave problema nacional, que é a desproteção social do povo brasileiro. Vamos seguir neste caminho ou vamos continuar achando que tudo vai bem e que de fato temos uma Rede de Proteção Social no Brasil?

PARA DEBATER

1. O texto da oficina foi escrito em 2010. De lá pra cá, nós conseguimos construir uma Rede de Proteção Social com resultados?
2. Qual o papel do CRAS na Rede de Proteção Social brasileira ?
3. Nas famílias que o CRAS da sua cidade atende, quais são as principais desproteções sociais na rotina do trabalho?
4. O PAIF deve trabalhar as desproteções sociais?
5. Famílias com muitas desproteções sociais são mais vulneráveis a quebrarem seus vínculos?



AUTORES

DANILO COSTA

Gestor de Informações e Especialista em Organização de Mapas de Desproteções Sociais temáticos e territoriais.

MARCELO REIS GARCIA

Assistente Social, Professor de Práticas Sociais com experiência em trabalho Comunitário e em Gestões Municipais, Estadual e Nacional da Assistência Social.

NAIRA ARAÚJO

Assistente Social, com prática na proteção social especial, e larga experiência com população em situação de rua, atuando diretamente com supervisão técnica em equipamentos de média e alta complexidade.

NÍVEA CHAGAS

Jornalista especialista em comunicar a Assistência Social e

o Sistema Único de Assistência Social. Responsável por inúmeras publicações sobre práticas sociais e desproteções sociais.

RODRIGO SALGUEIRO

Sociólogo com larga atuação na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Atuação diferenciada no mapeamento de usuários do SUAS fora de comunidades e instituições.

CONSELHO EDITORIAL DO NÚCLEO DE GESTÃO SOCIAL

ADRYANNA MELO CAIADO

JORDANY CORINTO

ALEXANDRE PARRODE

GRACINHA CARVALHO CAIADO

RÚBIA ERIKA PRADO CARDOSO

MARCELO REIS GARCIA

EDIÇÃO DOS TEXTOS

Alexandre Parrode
Ayana Abrão
Larissa Quixabeira
Marcelo Gouveia

SUPERVISÃO GERAL DE CONTEÚDO

Marcelo Reis Garcia

DIAGRAMAÇÃO

Vinícius Luz

GPS
Gabinete de
Políticas Sociais



GOVERNADOR

Ronaldo Caiado

VICE-GOVERNADOR

Lincoln Tejeta

COORDENAÇÃO GERAL

Gracinha Carvalho Caiado

EQUIPE GPS

Alexandre Parrode

Ayana Abrão

Fabiana Ceciliano

Juliana Cunha

Larissa Quixabeira

Lucyanna Marcella

Ludmila Almeida

Marcelo Gouveia

Maria Valente

Rogério Lima

Tariana Martins

Wiara Pimenta

**PRESIDENTE DE HONRA DA OVG E
PRIMEIRA-DAMA DE GOIÁS**

Gracinha Carvalho Caiado

DIRETORA GERAL

Adryanna Melo Caiado

**DIRETOR ADMINISTRATIVO
E FINANCEIRO**

Thomas Marcelo e Silva

DIRETORA DE PROGRAMAS ESPECIAIS

Rúbia Prado Cardoso

DIRETORA DE AÇÕES SOCIAIS

Jeane de Cássia Abdala Maia

GERÊNCIA SOCIAL

GERENTE

Jordany Corinto

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Silvia Moraes Faria Monteiro Belem

COORDENADORA DE LOGÍSTICA

Roberta de Oliveira

COORDENADOR DE INFORMAÇÃO

Felipe Ferrari

BIBLIOGRAFIA

AÇÃO DA CIDADANIA. Ação da Cidadania, c 2021. Nossa História. Disponível em <<https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

ARROZ e gasolina ficaram 40% mais caros em um ano; botijão de gás subiu 29%. UOL - O melhor conteúdo 1996-2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/10/botijao-gas-arroz-gasolina-luz-inflacao-ipca-julho-precos-consumidor.htm>>. Acesso em: 12 de agosto.

ANTUNES, Leda. “O fundamental não é aumentar a pena, mas preservar a vida da mulher”, diz Maria da Penha nos 15 anos da lei que leva seu nome. O Globo c 1996 - 2021. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/celina/o-fundamental-nao-aumentar-pena-mas-preservar-vida-da-mulher-diz-maria-da-penha-nos-15-anos-da-lei-que-leva-seu-nome-25133523>>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

BRASIL. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Decreto nº 6.135. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 26 de junho de 2007.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 8 de agosto de 2006.

BRASIL, Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf>. MDS, 2017

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Reimpressão 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. MDS, 2013.

BRASIL tem a 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU. G1 Mundo 09 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

CENSO Demográfico 2010. IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2010.

CRUZ, Priscilla; MONTEIRO, Luciano. (Org.). Anuário Brasileiro da Educação 2021. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/>>. MODERNA, 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice de Preços ao Consumidor - INPC e IPCA, dezembro 1992. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_1992_dez.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice de Preços ao Consumidor - INPC e IPCA, julho 2021. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_jul.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Rio de Janeiro, 2020.

MONTALVÃO, Cláudia; MONTALVÃO, Sérgio. Herbert José Sousa. FGV CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/herbert-jose-de-sousa>>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

NERI, Marcelo. (Coord.) - Onde estão os idosos? Conhecimento contra a Covid-19. FGV Social, 2020.

ONU Brasil - Nações Unidas do Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em 12 de agosto de 2021. Nações Unidas do Brasil, 2021.

PAMPLONA, Nicola. Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/04/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet.shtml>>. Acesso em agosto de 2021.

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua>>. Acesso em agosto de 2021.

RELATÓRIO indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014. Casa Civil da Presidência da República, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

SÍNTESE de Indicadores Sociais. IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais>>. Acesso em agosto de 2021.



ORGANIZAÇÃO
DAS VOLUNTÁRIAS
DE GOIÁS

GPS
Gabinete de
Políticas Sociais



É POR
VOCE
QUE A
GENTE
FAZ

CREAS

FAMÍLIA

SOLIDÃO

CONVIVÊNCIA

VIOLÊNCIA

CRAS

VÍNCULOS

PROTEÇÃO ESPECIAL

VELHICE

FOME

DESIGUALDADE